

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A VIDA E OBRA DE HANNAH ARENDT

Melissa Ferreira Gasparini¹[1]

1. Dados biográficos

Hannah Arendt nasceu em Hannover, na Alemanha, em 1906, numa família originária de Königsberg (na Prússia Oriental), e cedo começou a se interessar por filosofia, teologia e literatura grega.

De 1924 a 1929, frequentou a universidade em Marburgo, onde conheceu Heidegger - que foi, com Kant, a referência filosófica fundamental para a formação de seu pensamento.

Hannah Arendt continuou seus estudos de filosofia em Heildelberg, com Karl Jaspers, que orientou sua tese de doutorado sobre "O Conceito de Amor em Santo Agostinho".

No início dos anos 30, morou em Berlim com seu primeiro marido e participou de atividades políticas do movimento sionista. Em 1933, foi presa e fugiu para a França, onde viveu até 1941.

Neste período, conheceu seu segundo marido, Heinrich Bluscher, e manteve amizade com outros refugiados que vivia em Paris, especialmente Walter Benjamin. Em 1941, após escapar de um campo de refugiados no sul da França, conseguiu chegar a Nova York, onde se instalou definitivamente.

Nos anos 40, nos Estados Unidos, acompanhou os acontecimentos na Europa e preparou "As Origens do Totalitarismo", publicado em 1951.

¹[1] Mestre em Direito pela Unesp/Franca

Ao longo da década seguinte e na primeira metade dos anos 60, publicou a parte mais importante de sua obra: "A Condição Humana", "Entre o Passado e o Futuro", "Sobre a Revolução", "Eichmann em Jerusalém" e "Sobre a Violência".

Durante toda a vida, Hannah Arendt, manteve atividade docente nos Estados Unidos, sobretudo em Nova York.

Quando morreu em 1975, pesquisava a obra de Kant, onde esperava encontrar subsídios para elaborar sua teoria do juízo.

O material relativo a este assunto foi recolhido postumamente em "Lições sobre a Filosofia Política de Kant".

2. O Pensamento de Hannah Arendt

Verifica-se com a leitura da obra de Hannah Arendt sua urgência em compreender o totalitarismo.

Para Hannah Arendt, judia alemã, que sofreu na pele as consequências do regime totalitário, esta urgência era como uma necessidade vital.

Em 1951, foi publicado "As Origens do Totalitarismo", que pretendia retratar a terrível novidade do evento que se passava na Alemanha e na União Soviética, a ponto de não dispor de categorias para pensá-lo. Ocorre que não se encontravam na tradição da teoria política, que discorreu frequentemente sobre as tiranias e as ditaduras, os marcos necessários para situar o "domínio total", este continua sendo algo de humano, devendo haver entre as experiências do homem alguma que tenha sido devidamente destacada e explorada politicamente para construir a base.

A solidão é a experiência da vida humana que inspirou a forma de governo "cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico". A solidão faz parte da vida do homem. Sua mais radical manifestação se dá na experiência da dor. Então, é como se não se sentisse a companhia dos semelhantes, mas como se não reconhecesse o mundo que o circunda. A dor isola da companhia dos semelhantes e limita a visão de realidade do mundo. A solidão não significa estar a sós. Pode-se estar isolado, isto é, sem contato com a teia das relações humanas sem se sentir o abandono da solidão. Estar a sós constitui até mesmo a condição para a realização de algumas atividades como a arte, quando o envolvimento com a feitura da obra é de tal intensidade que dispensa a efetiva presença de outros. O isolamento tem sido evidenciado politicamente nas situações de tirania, que supõe a quebra das relações políticas. A solidão é mais radical na medida em que se implica, além da perda das relações políticas, a interrupção do contato com as coisas do mundo.

O totalitarismo foi o primeiro regime político fundado na experiência da solidão.

As coisas objetivadas pelos homens, o seu mundo, são ao mesmo tempo uma referência comum, uma mediação que possibilita que se relacionem e o que garante que haja entre eles um espaço, um elemento de separação.

A supressão do mundo nos regimes totalitários promove, certamente, uma ruptura das relações entre os homens.

No entanto, isto é feito não para isolá-los, mas pelo fato de se dar a eliminação do espaço entre eles, para comprimi-los uns contra os outros. Compreende-se assim a vinculação entre o totalitarismo e as sociedades de massa.

Dois acontecimentos marcaram o início da era moderna: a Reforma e a invenção do telescópio. De algum modo, os dois relacionam-se com o fenômeno característico do período - a alienação do mundo.

O exame que é feito da reforma não a considera de um ponto de vista religioso, mas pretende indicar as suas repercussões econômicas.

Também, para Hannah Arendt, a reforma está na base do moderno capitalismo. Em função dela procedeu-se a expropriação dos bens da igreja e, conseqüentemente, a enorme população camponesa foi arrancada do lugar em que vivia e abandonada com a única coisa que lhe restara - sua força de trabalho.

A liberação desta força. Provocando um aumento de produtividade e a formação de um excedente que não era aproveitado na aquisição de novas propriedades, mas investido exclusivamente na obtenção de mais riqueza, constituem a base das transformações econômicas específicas da modernidade.

A originalidade desta interpretação e o ponto de discordância com a interpretação weberiana está em que, para Hannah Arendt, o acúmulo desta riqueza não teria sido aproveitado na produção de bens duráveis. O que ocorreu é que a perda do mundo, que havia sido a marca do processo de desapropriação, passou a determinar o modo de vida desde então.

A população tinha sido arremessada a um estado de miséria em que o que contava era só a manutenção da vida. O traço característico dessa situação, que consiste na valorização estrita dos bens que servem para serem consumidos imediatamente no processo vital, impregnou o modo de ser de toda a experiência moderna.

Hannah Arendt indica que tal situação acarretou uma disposição nova do conjunto das atividades do homem. O labor, atividade pela qual a vida é sustentada, foi considerado tradicionalmente a menos nobre das atividades humanas. No labor está se entretido apenas com a dimensão biológica do humano e é por esse motivo que seu agente é chamado de "animal laborans". O labor é a mais privada das atividades, tendo sido até mesmo costume torná-lo como algo que se passa dentro do domínio doméstico.

Na medida em que se atém ao propósito de sustentar a vida, elaborando coisas que devem ser logo consumidas, o labor não colabora na constituição do mundo ou na sua permanência. O que ocorreu no contexto moderno é que os critérios do labor impuseram-se a todas as atividades.

Isto se deu de forma mais evidente na ascensão da figura do social. A sociedade é uma forma de organização humana tipicamente moderna, em que os vínculos estabelecidos não têm por base a posição no processo do labor.

São as sociedades de trabalhadores, os quais já não se dão conta do valor do produto que elaboram, mas encontram-se empenhados no processo produtivo apenas para sobreviver. É clara a dimensão de alienação do mundo contida nesse quadro. Desapareceu a possibilidade de retirar-se à existência de coisas reconhecidas objetivamente e de dispor-se de critérios que permaneçam.

O tema da alienação do mundo foi considerado em "A Condição Humana" também com relação ao evento da invenção do telescópio. A referência a descoberta do telescópio ganha novo relevo ao mencionar-se o seu uso por Galileu.

Com efeito, foram as observações feitas no novo instrumento que trouxeram a confirmação da Teoria Heliocêntrica. O fundamental, no caso, é que o telescópio trouxe um desmedido à percepção dos sentidos e que isto determinou uma alteração radical no modo como se concebia a realidade.

A idéia da verdade foi entendida, desde os antigos, com base na confiança depositada nos sentidos. Sempre se aceitou que estes tinham uma natural capacidade de receptividade das coisas. A pura apreensão da verdade era tida ainda como uma forma de olhar. O que ocorreu modernamente é que um instrumento veio demonstrar que não se devia confiar no testemunho dos sentidos para apreender-se a realidade, pois, como disse Descartes, "é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez".

O prestígio dado à figura do "homo faber" na modernidade acarretou o enorme desenvolvimento técnico dos séculos seguintes. Inicialmente, o critério que determinou esse desenvolvimento fez com que se promovesse a produção de coisas que eram acrescentadas ao mundo. Ele se justificava na medida em que dele resultavam produtos. No momento seguinte, no entanto, a força contida neste processo, a sua própria produtividade, foi de tal forma impactante que sua importância passou a ser maior que a de seus produtos.

Neste momento da modernidade, a ênfase deslocou-se da questão "o que uma coisa é?" para uma outra relativa ao próprio processo de produção, o que significou que desapareceu a preocupação com o ser, entendido como o que aparece e tem dualidade e surgiu o interesse exclusivo pelo movimento, um processo que engolfa todas as coisas.

Um sinal bem claro desta mudança de ênfase foi o surgimento, no século 19, das ciências da evolução.

A evolução é uma categoria que introduz um viés histórico-evolutivo no tratamento de todas as coisas, as relativas ao homem e a natureza.

Diz Hannah Arendt:

"A tremenda mudança intelectual que ocorreu em meados do século 19 consistiu na recusa de encarar qualquer coisa como é na tentativa de interpretar tudo como simples estágio de algum desenvolvimento ulterior".

Deu-se neste contexto, de novo, uma alteração no modo como estavam dispostas as experiências humanas, agora não mais consistindo na inversão da ordem tradicional pela qual a "vita" contemplativa cedia lugar a "vita" ativa. A mudança, no caso, se fez no interior da "vita" ativa. Está em foco um momento na história da modernidade em que a experiência da fabricação determinante em seus primórdios, é invadida pelo labor. Por causa disto, a estabilidade do mundo ficou ameaçada.

A fenomenologia da "vita" ativa de Hannah Arendt inicia-se com a distinção entre as atividades do labor e do trabalho. Ela foi imposta pelas circunstâncias do próprio desdobramento da era moderna. As distinções feitas na consideração da "vita" ativa baseiam-se na maior ou menor aparência das várias outras atividades - na sua visibilidade. O labor é a mais privada e obscura das atividades. Os bens que dele resultam são também os menos duráveis. O que se obtém no processo do labor deve ser logo consumido. Bens de consumo não adentram o domínio do mundo, pois não têm a necessidade de durabilidade.

O trabalho, diferentemente, constitui o mundo. Ele objetiva a produção de bens duráveis. A obra de arte constitui o caso extremo e mais puro do empreendimento do trabalho exatamente porque dela se espera uma durabilidade indefinida. É possível que o trabalho possa ser feito no isolamento. O que importa é que a coisa criada no isolamento necessita ganhar visibilidade e que exista um público que a reconheça.

A definição dada por Hannah Arendt sobre a política é a seguinte:

"a atividade humana que mais depende da presença de espectadores que a vejam".

No ensaio sobre a crise na cultura, publicado em "Entre o Passado e o Futuro", lê-se que:

"o critério apropriado para julgar aparências é a beleza".

Hannah Arendt afirma, de forma contundente, que se poderia até arrancar os olhos ao se pretender reduzir deste modo o contato com a realidade; apenas quando se aprecia as coisas em sua beleza é que elas aparecem em sentido próprio.

A experiência da dor que chamava a atenção de Hannah Arendt em seu esforço de compreensão da experiência totalitária constituía o caso extremo da situação de alienação do mundo.

2.1 . Sobre o totalitarismo

O pensamento de Hannah Arendt foi um pensamento voltado para o fenômeno da ruptura, para a lacuna entre o passado e o futuro, que nela provocou e instigou um exame do presente, que realizou fundindo na sua reflexão, o pensar e o estar vivo.

O presente, para Hannah Arendt gerou a consciência e a percepção da ruptura, foi o fenômeno totalitário. O totalitarismo, como uma nova forma de governo e de dominação, baseado na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia, provou com o genocídio, não existirem limites à deformação da natureza humana. Para este fenômeno a tradição ocidental não tinha nem categorias, nem respostas, pois o totalitarismo apareceu tanto como um desdobramento da utopia capitalista, quanto da utopia socialista, conforme nos mostram as suas vertentes nazistas e stalinista. Daí o sentido profundo da ruptura que o fenômeno totalitário assinala e que Hannah Arendt examinou no seu primeiro grande livro.

Para Hannah Arendt a gênese do totalitarismo provém, preliminarmente do anti-semitismo moderno e do imperialismo.

Na sua visão o anti-semitismo moderno, ao contrário do tradicional, caracterizado pelo padrão de tolerância e de exclusão, é fruto das tensões entre o Estado e a sociedade civil, que surgiram na Europa, a partir da Revolução Francesa, com a expansão da igualdade e a extensão da cidadania. Neste processo, os judeus, porque estavam vinculados ao

fortalecimento do Estado, absorveram e catalisaram as irritações da sociedade civil. Daí o surgimento do anti-semitismo moderno como instrumento de manipulação de poder no interior do sistema político, relevante para a compreensão do fenômeno totalitário na medida em que antecipa dois de seus meios de ação: o conceito de inimigo objetivo e o uso da mentira,

Assim, na medida em que o anti-semitismo moderno é um ataque aos judeus em geral, ele constitui uma das mais claras prefigurações do conceito de "inimigo objetivo" e da atitude de suspeita generalizada que impregna a dinâmica do totalitarismo. Essa atitude de suspeita é sustentada pelo uso da mentira que desfigura os fatos para ajustá-los às necessidades do poder.

O imperialismo é, para Hannah Arendt, o resultado da emancipação política da burguesia e surge quando esta deixa de se dedicar aos seus negócios privados e assume a gestão do Estado na Europa.

Nesta gestão, a burguesia explora para o mundo o capital suspeito na Europa, administrando-o através da dominação imperial. As consequências políticas do imperialismo também trouxeram uma prefiguração do paradigma totalitário. De acordo com a reflexão de Arendt, ele provocou: com o racismo, a perda do senso de realidade dos europeus no contato com outros povos, perda essa que gerou insensibilidades que propiciaram o advento do genocídio; com o expansionismo, a vocação para a dominação global do totalitarismo e com a burocracia, o imperialismo descobriu uma solução administrativa para a ubiquidade de sua gestão, que irá prefigurar o alcance da arbitrariedade do totalitarismo, alcance este que o distingue das formas clássicas de governo baseadas na violência, como é o caso do despotismo oriental e da tirania.

Alicerçada neste tipo de reflexão, Hannah Arendt, mostra como o totalitarismo, valendo-se da transformação das classes e massa, erigiu uma nova forma de dominação baseada no emprego do terror e da ideologia, na qual o racismo - no caso do nazismo - serviu como uma nova maneira de assegurar a coesão das massas, e a burocracia, por sua vez, providenciou um novo mecanismo de administração de massas, tendo como características principais: a propaganda, que orchestra uma verdade oficial baseada numa ideologia; a igualdade diante do terror, alcançada pela atomização dos indivíduos e instrumentalizada pela ação da polícia secreta.

A dominação total destes regimes alcança a sua perfeição no campo de concentração, que constitui a síntese da prisão, do manicômio e da fábrica, onde nem sequer o mal tem grandeza.

Um regime que tem como intencionalidade alcançar a sua perfeição no campo de concentração representa uma perda de sabedoria, isto é, uma dificuldade

congênita de discernimento. Uma das razões para essa perda de sabedoria, mostra Hannah Arendt, é o esfacelamento da tradição intelectual que levou, com a perda da visão globalizada, à circularidade da relação entre os fatos e a teoria.

Assim, o nazismo e o stalinismo são experiência históricas, a partir das quais Hannah Arendt elaborou a sua reflexão sobre o totalitarismo.

Vale transcrever a reflexão de Hannah Arendt acerca do terror que norteava o regime totalitário:

"No corpo político do governo totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a cometer em realidade a lei do movimento da história ou da natureza. Do mesmo modo que as leis positivas, embora definam transgressões, são independentes dessa - a ausência de crimes numa sociedade não torna as leis supérfluas, mas pelo contrário, significa, o mais perfeito domínio da lei - também o terror no governo totalitário deixa de ser um meio para suprimir a oposição, embora ainda seja usado para tais fins. O terror torna-se total quando é independente de toda a oposição, reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário. O terror é a realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível a força da natureza ou da história e propagar-se livremente por toda a humanidade, sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura estabilizar os homens a fim de libertar as forças da natureza ou da história. Este movimento seleciona os inimigos da humanidade contra os quais se desencadeia o terror, e não pode permitir que qualquer ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira na eliminação do inimigo objetivo da história ou da natureza, da classe ou da raça. Culpa e inocência tornam-se conceitos vazios, culpado é quem estorva o caminho do processo natural ou histórico que já emitiu julgamento quanto às "raças inferiores", quanto a quem é "indigno de viver", quanto à "classes agonizantes e povos decadentes".

O terror manda cumprir esses julgamentos, mas no seu tribunal todos os interessados são subjetivamente inocentes: os assassinos porque nada fizeram contra o regime, e os assassinos porque realmente não assassinaram, mas executaram uma sentença de morte pronunciada por um tribunal superior. Os próprios governantes não serem justos ou sábios, mas executores de leis históricas ou naturais, não aplicam leis, mas executam um movimento segundo a sua lei inerente. O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a natureza ou a história".

O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as partes em benefício do todo. A força sobre-humana da natureza ou da história tem o seu próprio começo e o seu próprio fim, de modo que só pode ser restaurada pelo novo começo e pelo fim individual, que é, na verdade, a vida de cada homem. Assim, o terror total, como essência do totalitarismo, não existe a favor nem contra os homens.

O terror visando aniquilar a liberdade tem de impedir o próprio nascimento do homem, que na visão de Hannah Arendt, consiste na capacidade de começar de novo. Na prática, isto significa que o terror executar sem mais delonga as sentenças de morte que a natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são "indignos de viver", ou que a história decretou contra as "classes agonizantes", sem esperar pelos processos mais lerdos ou menos eficazes da própria história ou natureza. O objetivo da execução totalitária nunca foi insuflar convicções, mas destruir a capacidade de a adquirir.

A ideologia totalitária, se assim pode ser considerada, foi transformada em verdadeiras armas, através das quais, seus governados harmonizam-se com o terror, culminando no extremo da coerência lógica: a classe agonizante consistia em pessoas condenadas à morte; as raças que eram indignas de viver, eram pessoas que seriam exterminadas" e assim por diante e, quem fugisse a estas "regras era taxado de estúpido ou covarde.

"Tal como o terror é necessário para que o nascimento de cada novo ser humano não dê origem a um novo começo que imponha ao mundo sua voz, também a força autocoercitiva da lógica é mobilizada para que jamais alguém comece a pensar. "

Conclui, então, Hannah Arendt.

- **BIBLIOGRAFIA**

ARENDR, Hannah

"Origens do Totalitarismo" - Companhia das Letras, Brasil: 1995

ARENDR, Hannah

"A Condição Humana" - Forense, Brasil: 1994

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO - Caderno Mais!, 18 de junho de 1995.